XXI FAC-FEA LIVRE
Semana Acadêmica Cultural e XVII Encontro de iniciação Científica da FAC-FEA

DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E CRIME, COMPLACÊNCIA E INTOLERÂNCIA NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO DE DESIGUALDADE SOCIAL[1]

Amanda Gabriele Gobbo KUHN
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC-FEA)
amanda.gabriele.gobbo.kuhn@feata.edu.br

Emerson Rogério de SOUZA
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC-FEA)
emerson.souza@feata.edu.br

Emilly dos Santos Fernandes ROCHA
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC-FEA)
emilly.rocha@feata.edu.br

Vera Maria Neves SMOLENTZOV
Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba (FAC-FEA)
veramaria@feata.edu.br

Eixo: Ciências Humanas e Sociais

RESUMO
Este trabalho, resultado dos estudos que vem sendo feitos pelo Grupo de Pesquisa "Violência e Crime: a incompletude democrática, no avesso da cidadania" que integra o Núcleo de Pesquisas em Sociologia da Faculdade Fundação Educacional Araçatuba/SP (FAC-FEA) é integrado por alunos e egressos dos cursos da instituição e tem na Sociologia sua vertente acadêmica principal, como disciplina transdisciplinar, capaz de envolver os demais conhecimentos científicos, especialmente a partir do novo paradigma do séc. XXI, da religação das ciências, no contexto da discussão do conhecimento científico complexo de Edgar Morin. A violência e o crime no Brasil, analisados em seus múltiplos aspectos, sobretudo nas implicações e conexões com a desigualdade social, têm na complacência e na intolerância sociais os protagonistas da incompletude democrática e da indústria da desinformação o avesso da cidadania, impedindo que os direitos humanos sejam efetivados nessa população fragilizada do país, refletindo uma sociedade marcada por profundas divisões socioeconômicas e um sistema de justiça ineficaz que acompanha essa desigualdade. Este trabalho tem como base uma revisão bibliográfica de vários autores que tratam do assunto, como a indiferença em relação às condições de pobreza, exclusão e má inclusão sociais, combinadas à repressão severa a essa parcela marginalizada e vulnerável da população, perpetuando um ciclo de violência estrutural num país desigual, hierarquizado e tomado pela poderosa indústria da desinformação nas e das redes sociais.

Palavras-chave: desigualdade social; violência e crime; complacência e intolerância.

[1]Este trabalho é parte de capítulo, com algumas modificações, do livro coletivo Direito Internacional, Direitos Humanos e Soberania Digital, que constituirá o 2º volume da coleção Direito e Tecnologia, cuja coordenação está a cargo dos professores Doutores Luciano Meneguetti e Vinicius Roberto Prioli, com lançamento previsto para o final do segundo semestre de 2025 pela Editora Dialética.

1 INTRODUÇÃO

A violência no Brasil analisada a partir da desigualdade social, revela como a complacência e a intolerância sociais refletem uma sociedade marcada por profundas divisões socioeconômicas e um sistema de justiça ineficaz que referenda essa desigualdade. Com base em autores como Frei Betto, José de Souza Martins, Zygmunt Bauman, Marcelo Medeiros, Bruno Paes Manso, Marcelo Neri e Jessé Souza, este estudo explora como a indiferença em relação às condições de pobreza e exclusão, combinadas à repressão severa aos atos criminosos, perpetua um ciclo de violência estrutural. Frei Betto, em Batismo de Sangue, discute o papel das instituições repressoras de Estado durante a ditadura militar no controle social e traça um paralelo com o uso contemporâneo da violência estatal direcionada contra as populações pobres e marginalizadas. José de Souza Martins, em Linchamentos: A Justiça Popular no Brasil revela como o fenômeno dos linchamentos emerge como uma forma de justiça popular violenta, frustrada pela ineficácia do sistema judiciário formal, buscando a solução de conflitos com as próprias mãos, refletindo a intolerância crescente à criminalidade da população pobre, discutida a partir dos conceitos de exclusão ou má inclusão sociais, dentro da reflexão conceitual de outra obra do autor, Exclusão social e a nova desigualdade. Zygmunt Bauman, em Modernidade Líquida e Modernidade e Holocausto oferece uma análise sobre a modernidade ao não garantir segurança às populações vulneráveis e fomentar o medo e a intolerância com o aumento da violência social. Marcelo Medeiros, em seus estudos sobre desigualdade na obra, Ricos e pobres, observa que a concentração de renda e as disparidades econômicas aprofundam a marginalização e a violência, criando uma sociedade cada vez mais polarizada. Bruno Paes Manso em sua Guerra e A República das Milícias examina o crescimento das facções criminosas e milícias, que preenchem o vácuo de poder deixado pelo Estado nas áreas periféricas, impondo suas próprias formas de controle e violência. Em todas essas obras a violência no Brasil é apontada como uma manifestação complexa, um fenômeno multifacetado que envolve fatores históricos, sociopolíticos, econômicos e culturais, refletindo uma sociedade dividida entre a complacência com as desigualdades sociais e a intolerância ao crime na parcela mais vulnerável da população, exigindo transformações profundas nas estruturas sociais e na aplicação da justiça. Esse ciclo vicioso de exclusão e repressão permeia as relações sociais e políticas no país, reforçado por uma cultura de marginalização das populações mais vulneráveis.

É objetivo deste trabalho levantar alguns dados sobre o crucial problema da desigualdade socioeconômica no país e oferecer dados, através de revisão bibliográfica e conceituação teórica para uma reflexão crítica e mais exaustiva sobre o assunto que impacta tanto a violência e o crime no Brasil em que o 1% mais ricos concentram 28,3% da renda total do país[2] e onde, segundo a Oxfam[3], os seis mais ricos do Brasil concentram juntos, a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres, ou seja, a metade da população brasileira (207,7 milhões), ficando o Brasil na lista dos 15 países mais desiguais do mundo, junto com Zâmbia, Zimbabue e África do Sul, segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022 que utilizam o Índice de Gini[4], coeficiente que mede a concentração de renda, cuja medida estatística varia de 0 a 100.

Outro fenômeno importante a ser discutido neste contexto de violência, crime e grande desrespeito aos direitos humanos é o da indústria cultural, também chamada contemporaneamente de indústria da desinformação e tratada, anteriormente, pelos pesquisadores filósofos e sociólogos da Escola de Frankfurt[5] para entender e analisar o fenômeno sócio cultural e político do início do século XX dos grandes movimentos de massa que tratavam os espectadores como massa amorfa, anulando a sua individualidade e supondo-os todos iguais, querendo a mesma coisa. Essa indústria que nivela por baixo as diferentes camadas intelectuais, utilizando-se dos canais de comunicação e dos programas oferecidos para passar adiante a ideologia dominante e manter as pessoas crentes e satisfeitas com a situação sócio econômica, política e cultural e as estratégias governamentais em que vivem, fundindo-se em uma produção artística inautêntica, produzida irreflexivamente, utilizando-se da razão instrumental, criadorade tecnologia que permite a disseminação da informação, como

---

[2]Paulo Sergio Pinheiro.A Incompletude da Democracia no Brasil e o Retrocesso dos Direitos Humanos (2020).

[3] Organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos e independente, criada em 2014, estuda e pesquisa desigualdade social, principalmente. Faz parte de uma rede global com 22 membros que atua em 77 países pelo mundo, por meio de campanhas, programas e ajuda humanitária: www.oxfam.org.br.

[4] Medida estatística que quantifica a desigualdade na distribuição de renda ou riqueza de uma população, variando de 0 a 1, onde 0 representa perfeita igualdade e 1 desigualdade máxima. Quanto mais alto for o Índice de Gini, maior a desigualdade na distribuição de renda, o que permite compará-la entre diferentes países ou regiões, ou mesmo dentro de um mesmo país ao longo do tempo. Constitui ferramenta valiosa para analisar a desigualdade de renda e sua evolução, importante tanto para análises estatísticas quanto para a formulação de políticas públicas.

[5] Grupo de teóricos críticos da sociedade capitalista, só interessada no lucro e no consumo. Desenvolveram uma teoria crítica da sociedade capitalista, explorando as relações entre economia, cultura e sociedade e o conceito de indústria cultural, como uma forma de analisar a produção e consumo de bens culturais, sem preocupação com o desenvolvimento do pensamento crítico e manutenção do sistema capitalista através da oferta de entretenimento e da padronização do gosto, como ferramenta de controle sócio econômico, limitando a capacidade de pensamento crítico dos indivíduos e perpetuando a ordem social existente ao homogeneizar a cultura, promover a alienação dos indivíduos e perpetuar a dominação da classe dominante.

satisfação dos desejos mais básicos que tomam forma em fazeres artísticos de baixa qualidade, que entram nos lares da massa da população, mantendo todos conformados com essa indústria cultural, assim chamada pelos frankfurtianos. Para Adorno, a cultura da sociedade capitalista impõe um mecanismo de construção da heteronomia, sujeição do indivíduo à vontade de terceiros, fazendo o homem ser igual ao coletivo e perdendo sua individualidade e criatividade. A indústria cultural, segundo Adorno e Horkheimer, tem padrões que se repetem com a intenção de formar uma estética ou percepção comuns voltadas ao consumismo e sua filosofia marcada pela crítica à sociedade de mercado e voltada para o progresso técnico. Camuflando as forças de classes, a Indústria Cultural apresenta-se como poder de dominação e difusão de uma cultura de subserviência da população, como a que podemos observar nas redes sociais e na grande mídia, tanto nacional, como internacional.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho faz parte de uma pesquisa multidisciplinar realizada com um grupo de alunos de graduação dos cursos de Administração, Direito, Pedagogia, Psicologia e egressos do curso de Psicologia da Faculdade Fundação Educacional Araçatuba - FAC-FEA, tendo na Sociologia sua vertente acadêmica principal, como disciplina transdisciplinar nas linhas de pesquisa de Planejamento Regional-Urbano e Políticas Públicas, capaz de envolver os demais conhecimentos científicos, especialmente a partir do novo paradigma do séc. XXI, da religação das ciências, no contexto da discussão do conhecimento científico complexo de Edgar Morin. O projeto estuda o crime e a violência na sociedade brasileira em seus múltiplos aspectos, sobretudo nas suas implicações e conexões com a desigualdade social, tendo na complacência e na intolerância sociais os protagonistas da incompletude democrática e da indústria da desinformação, o avesso da cidadania.

Dentro da revisão bibliográfica definida, estudada e posteriormente resumida criticamente pelo grupo sobre o tema da desigualdade social, assim como do papel do Estado, ora complacente, ora intolerante na violência e no crime praticados no país estão algumas obras de importantes autores como Frei Betto, José de Souza Martins, Marcelo Medeiros e Bruno Paes Manso. De Zygmunt Bauman a escolha do grupo se deu pelo estudo que fez o autor sobre a intolerância e a fluidez das relações sociais na modernidade. O autor Paulo Sergio Pinheiro, fundador do NEV/USP, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo - USP,ressalta a importância e o impacto da desigualdade na democracia, ou na sua

incompletude, focando sempre na fundamental questão dos Direitos Humanos. A compreensão se estende ainda para a impossibilidade democrática da falta de participação social, como mostra Vladimir Safatle.

3 DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA, VIOLÊNCIA E CRIME NO AVESSO DA CIDADANIA

No quadro analítico abaixo podemos visualizar os autores citados e suas contribuições, principalmente,quanto ao tema da desigualdade.

AUTOR E OBRA	ANÁLISE
Frei Betto, em Batismo de Sangue	analisa o papel do Estado durante a ditadura militar, onde a repressão foi utilizada como mecanismo de controle social. Betto destaca que a violência institucionalizada contra dissidentes se mantém em estruturas contemporâneas de criminalização da pobreza, especialmente nas periferias urbanas. A polícia, em muitos casos, age como braço armado do Estado, aplicando força desproporcional contra comunidades marginalizadas. Essa violência institucional gera um ciclo de desconfiança e hostilidade entre o Estado e os cidadãos
José de Souza Martins, em Linchamentos: A Justiça Popular no Brasil	oferece uma perspectiva sobre a violência popular. Ele argumenta que os linchamentos surgem como uma forma de "justiça" quando o Estado falha em garantir segurança e justiça adequadas. Esses atos refletem a intolerância da sociedade perante a criminalidade, que, em vez de esperar pela ação das instituições judiciais, prefere tomar a justiça em suas próprias mãos. Ele evidencia como esses episódios são

	frequentemente motivados por frustrações sociais acumuladas, ligados à pobreza, exclusão e ineficiência estatal.
Zygmunt Bauman, em Modernidade Líquida e Modernidade e Holocausto	aborda como a modernidade, em suas formas líquidas, contribui para a precariedade e insegurança social. Em sua visão, a modernidade cria uma constante sensação de instabilidade, exacerbada pela ausência de vínculos sólidos entre indivíduos e instituições. Essa fragilidade social alimenta a intolerância, pois aqueles que se encontram em situações de marginalização são vistos como ameaças à ordem estabelecida. Essa perspectiva ajuda a entender a violência como resultado, não apenas de um fenômeno local, mas de uma crise sistêmica.
Marcelo Medeiros, em sua análise sobre desigualdade social em Os ricos e os pobres,	aponta que a concentração de renda no Brasil aprofunda a divisão entre classes, perpetuando a exclusão e fomentando o ressentimento social. A desigualdade econômica amplia o fosso entre ricos e pobres, mas também alimenta a violência, uma vez que as oportunidades para ascensão social são limitadas para as camadas mais pobres da população.

Bruno Paes Manso, em A Guerra e A República das Milícias	discute a ascensão das facções criminosas e das milícias, que surgem como atores de poder em regiões onde o Estado está ausente. Manso demonstra como esses grupos operam tanto como agentes de violência quanto como provedores de "justiça" e "proteção", preenchendo o vazio deixado pelo Estado.

A violência no Brasil, como as obras analisadas deixam bem evidentes, é reflexo de uma sociedade multifacetada, marcada pela desigualdade, exclusão ou má inclusão sociais, falência das instituições de justiça e segurança, evidenciando a complacência com as desigualdades estruturais e a intolerância severa ao crime que atinge de maneira mais intensa as populações vulneráveis, perpetuando um ciclo de violência numa sociedade profundamente desigual e muito hierarquizada.

A história tem apontado ao longo do último século que períodos de crises, não só econômicas, explicitadas por alta concentração de renda e de sua contrapartida, maior desigualdade socioeconômica, têm sido agravados pela crise ética de credibilidade dos meios políticos institucionais e levado o mundo a grandes instabilidades sociopolíticas e movimentos sociais com profundas repercussões no mundo moderno, no período histórico marcado por grande esfacelamento das instituições, fartamente estudadas e embasadas tanto pela obra de Umberto Eco, o "Fascismo eterno: cinco escritos morais" (1997), como pela obra original do historiador Emilio Gentile [6], na forma de auto entrevista, desmistificando ambos os autores e clarificando os conceitos históricos há muito deturpados de como a crise democrática está muito além dos velhos fantasmas. Importante ressaltar o estudo feito pela Escola de Frankfurt, de Adorno e Horkheimer com a célebre obra *Dialética do Esclarecimento*, que condensa e resume a maior parte das ideias centrais da Teoria Crítica, Barbárie e da Razão Instrumental, além da filósofa Hannah Arendt, integrante deste grupo teórico que também coloca em cheque o ódio, especialmente em sua obra sobre a Banalização do Mal, (1963), onde expõe sua teoria de que "é a prática do mal sem motivação ou explicação convincente, que se baseia no cumprimento de ordens, um tipo de mal que não é

[6]In: A linguagem fascista, Ed. Guerra & Paz: Lisboa, Portugal, 2019.

perverso ou sádico, mas terrível e assustadoramente normal, que se instala no vazio do pensamento, na banalização trivial da violência e na incapacidade de pensar por si mesmo de forma crítica", como preconiza o grupo da Escola de Frankfurt. Toda esta problemática do mal, do perverso, das injustiças sociais banalizadas e naturalizadas pela sociedade brasileira contemporânea nos leva ao que o autor Paulo Sergio Pinheiro[7] chamou em seu artigo de A Incompletude da Democracia no Brasil e o Retrocesso dos Direitos Humanos (2020): "a meu ver, no Brasil três fatores principais aqui expõem a incompletude da democracia vislumbrada na Constituição de 1988 - o racismo, a desigualdade e a violência ilegal do Estado, compondo, no seu conjunto, um estado de coisas inconstitucional (pág. 09)". E continua na mesma página:

> Não pode haver democracia consolidada com negras e negros sendo aqueles que são os mais executados nas periferias das metrópoles pelas PMs; os de maior número entre os reclusos; escassamente presentes nos lugares de poder, como o executivo, o legislativo, o judiciário, o ministério público, as universidades, altos oficiais das forças armadas e das polícias, apesar de serem a maioria, constituindo atualmente 56% da população brasileira. São permanentemente alvos do racismo na sua vida quotidiana: em relação aos brancos, possuem os piores trabalhos, recebem salários inferiores e sentenças mais pesadas pelos mesmos crimes, configurando um estado de coisas que, além de inconstitucional, é no mínimo torpe e imoral. O Brasil continua sendo um dos seis países mais desiguais no mundo. Os governos democráticos, apesar de terem retirado milhões da extrema pobreza, não conseguiram efetivamente tornar menos desigual a sociedade brasileira: o 1% mais ricos concentram 28,3% da renda total do país. O Brasil fica somente atrás do Catar, onde a taxa é de 29%. Segundo a Oxfam, os seis mais ricos do Brasil - Lemann (AB Inbev), Safra (Banco Safra), Herrmann Telles (AB Inbev), Sicupira (AB Inbev), Saverin (Facebook) e Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim) - concentram juntos, a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres do país, ou seja, a metade da população brasileira (207,7 milhões).Desde que os Estados nacionais foram constituídos, a violência contra os cidadãosesteve presente. Porque o Estado é uma entidade contraditória que, por um lado, concentraa capacidade de fazer o bem para a população e, por outro, é o detentor da violência com aqual pode oprimir os cidadãos.

O autor prossegue ainda (Pinheiro, 2020, p. 10), de forma clara e incisiva, demonstrando como as populações mais fragilizadas e marginalizadas do país são tratadas pelo núcleo da segurança pública do país,

> as polícias militares do Rio de Janeiro e São Paulo são as campeãs mundiais em execuçõesextrajudiciais. Nenhum país nos bate. Apesar do empenho de vários governos estaduais edo governo federal em estabelecer planos e reformas para a segurança pública, o extermínio de pobres, principalmente adolescentes e jovens

[7] Pesquisador Sênior e fundador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, USP, NEV/USP.

> negros, não foi eliminado", reafirmando o que ele define como a incompletude de nossa democracia. E, conclui, que apenas se virem possibilidades efetivas de seremintegrados à economia, de terem seus laços sociais reparados e de terem debeladas aviolência ilegal do Estado, o *apartheid* da maioria negra brasileira, a desigualdade e a concentração de renda.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como bem coloca o autor Marcelo Medeiros[8] "combater a desigualdade é um fim em si e um meio para outras coisas. Reduzir a desigualdade é algo importante porque uma parte grande da desigualdade existente ou resulta de causas injustas, o que a torna moralmente inaceitável, ou tem consequências negativas para muita gente, o que torna mais igualdade algo recomendável" (Medeiros, 2018, p. 7).

Para o prof. Paulo Sergio Pinheiro é essencial que a luta para garantir os Direitos Humanos, defender a Democracia e fortalecer o Estado de direito tem que ser diária e permanente de todos nós para prevenir e impedir uma escalada do autoritarismo e da violência.

> É necessário quemonitoremos todas as medidas tomadas para atacar a sociedade civil, para restringir asliberdades públicas e enfraquecer o Estado de direito. Pois, afinal, o Estado de direito é oindicador que revela na prática como funciona a ordem constitucional e contribuirá paraimpedir retrocessos na proteção dos direitos humanos. Uma luta diária que deve emergir, pois permanente deve ser a defesa da democracia, dos direitos e das liberdades (Pinheiro, 2020, p. 12).

O grande debate teórico sócio político e filosófico sobre os Direitos Humanos, cidadania e Democracia capaz de envolver os demais conhecimentos científicos e analisados em seus múltiplos aspectos, sobretudo nas implicações e conexões com a desigualdade social, têm na complacência e na intolerância sociais os protagonistas da incompletude democrática e da indústria da desinformação no avesso da cidadania no Brasil, impedindo que esses direitos humanos sejam efetivados nessa população fragilizada do país, refletindo uma sociedade marcada por profundas divisões socioeconômicas e um sistema de justiça ineficaz que acompanha essa desigualdade.

A Constituição Federal de 1988, em seu **artigo 1º**, garante, de forma categórica, que "todo o poder emana do povo" e define como princípios fundamentais a sociedade democrática e a soberania do povo, estabelecendo o estado democrático de direito e questionando em que medida ela realmente promove a soberania do povo. Ao dialogar com

[8] Em seu livro Os ricos e os pobres, o Brasil e a desigualdade.

Rousseau[9], cuja obra "O contrato social" representa uma das mais importantes reflexões sobre o fundamento da democracia moderna, que só seria possível a partir de um pacto em que cada indivíduo, ao renunciar a sua vontade particular, se submetesse à vontade geral e desta forma questionar se é possível falar de democracia brasileira onde o povo é raramente soberano, acreditando que a soberania deveria partir da vontade geral e não dos interesses particulares de cada indivíduo, como manifestação da soberania popular e expressão que une o interesse coletivo ao bem comum de todos. No contexto brasileiro, a realização dessa vontade geral, revela-se longínqua e idealizada, onde a vontade de todos nunca se converteu em vontade geral, pois não há uma participação ampla e efetiva. O que se vivencia aqui é o domínio de uma elite que impõe seus interesses sobre os demais grupos sociais, tornando a democracia brasileira essencialmente elitista, de modo que sem a soberania popular, o regime torna-se frágil, à luz da concepção de Rousseau. Ao analisar a sociedade democrática brasileira à luz da concepção de Rousseau, é evidente que o Brasil não alcançou o ideal de democracia, no qual todos participam de maneira igualitária na formação da vontade geral, pois temos um sistema dominado por uma elite que detém o poder concentrado em suas mãos e age conforme seus próprios interesses; uma elite imune ao clamor popular que transforma a democracia em um mero espelho quebrado, refletindo apenas a aparência de um estado democrático. A partir deste ponto o professor[10] Vladimir Safatle apresenta uma crítica mais profunda e ácida, segundo a qual, a democracia brasileira tornou-se uma fachada, parte de uma grande engrenagem de dominação, fazendo uma série de críticas ao regime democrático brasileiro.Segundo Safatle, em entrevista ao coletivo Jornalistas Livres, o principal elemento constituinte da sociedade brasileira se fundamenta em um modelo latifundiário e escravista que, embora disfarçado por formas modernas, perdura até os dias de hoje. Esse modelo, afirma ele, produz uma dualidade ontológica que separa os indivíduos entre aqueles que podem alcançar a condição de sujeitos e os que permanecem na posição de objetos e acrescenta que a maior parte da população brasileira é tida como objeto, e poucos são os indivíduos que alcançam o privilégio de serem reconhecidos como sujeitos.

[9]Jean Jacques Rousseau (1712) considerado um dos principais teóricos do Iluminismo. Sua obra Do Contrato Social, publicada em 1762, representa uma das mais importantes reflexões sobre o fundamento da democracia moderna. Para Rousseau, a verdadeira democracia só seria possível a partir de um pacto em que cada indivíduo, ao renunciar a sua vontade particular, se submetesse à vontade geral, constituindo uma sociedade democrática.
[10] Professor titular de Filosofia Política da Universidade de São Paulo – USP.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah**. Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalização do Mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue**. São Paulo: Rocco, 1983.

ECO, Umberto. **O Fascismo eterno**: cinco escritos morais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GENTILE, Emilio. **A linguagem fascista.** Lisboa, Portugal: Guerra & Paz, 2019.

MANSO, Bruno Paes. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias**: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**: a Justiça Popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MEDEIROS, Marcelo. **Os ricos e os pobres**: o Brasil e a desigualdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

NERI, Marcelo C. **A Nova Classe Média**: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2012.

NERI, Marcelo. Reduzimos a pobreza e ajudamos a manter a economia girando. [Entrevista cedida a Najila Passos]. **Ipea**, Rio de Janeiro, ano 9, ed. 75, 28 dez. 2012**.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?id=2869%3Amarcelo-neri-presidente-do-ipea-qreduzimos-a-pobreza-e-ajudamos-a-manter-a-economia-girando&tmpl=component&page=&option=com_content. Acesso em: 1 set. 2024.

CARVALHO, Adriana. Equilíbrio de oportunidades. [Entrevista cedida a Camila Silveira]. **Problemas Brasileiros**, São Paulo, n. 479, fev./mar. 2024.

OXFAM Brasil. Disponível em: http://www.oxfam.org.br. Acesso em: 1 set. 2024.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. A Incompletude da democracia no Brasil e o retrocesso dos direitos humanos. **NEV**, São Paulo, 2020. Disponível em: https://nev.prp.usp.br/publicacao/a-incompletude-da-democracia-no-brasil-e-o-retrocesso-dos-direitos-humanos/ . Acesso em: 1 set. 2024.

SAFATLE, Vladimir. Não é possível perder algo que nunca tivemos: a democracia". [Entrevista cedida a I. Fiuza]. **Jornalistas Livres**, 17 out. 2019.